



Ensino Técnico Profissional no Brasil: Análise do Alinhamento com as Demandas do Mercado de Trabalho na Logística

Karina Costa Paltrinieri Ronqui

karina.paltrinieri@uscsonline.com.br

Sergio Crispim

Sergio.crispim@online.uscs.edu.br

Palavras-chave: Educação Profissional Técnica. Logística. Mercado de Trabalho. Empregabilidade.

1. INTRODUÇÃO

O tema de Educação Profissional Técnica (EPT), vem sendo protagonista e com grande destaque e também em evolução contínua no Brasil como estratégia de desenvolvimento econômico e social. A função do EPT é capacitar adultos e jovens para que consigam ocupar cargos que atendam às demandas do setor produtivo, conseguindo contribuir simultaneamente para a inclusão social e a competitividade das empresas. Ainda se apresentam lacunas quanto ao real alinhamento que existe entre a formação ofertada e as necessidades existentes no mercado de trabalho.

No setor de logística, ligado ao eixo de Gestão e Negócios, é apresentado como destaque nesse estudo. A cadeia de suprimentos apresenta complexidade nos processos, o crescimento do comércio eletrônico e a transformação digital demandam aos profissionais as competências técnicas e comportamentais que são além do ensino tradicional. Existe um crescente aumento na oferta dos cursos técnicos, porém existe um questionamento em se saber até que ponto esses profissionais estão preparados para as demandas do mercado de trabalho.

Com base nesse cenário, a pesquisa aqui apresentada, está inserida no eixo de Gestão Organizacional do V ENGEC, ao analisar a ligação entre o ensino técnico em logística e o mercado de trabalho. O objetivo é entender se tem aderência entre a formação recebida e as competências necessárias, além de apontar caminhos para uma maior ligação entre instituições educacionais e setor produtivo.

1.1. Pergunta Problema e Objetivos

Pergunta Problema

Qual o alinhamento entre o ensino técnico profissional em logística oferecido no Brasil e as competências exigidas pelo mercado de trabalho contemporâneo?

Objetivo Geral

Avaliar se o ensino do profissional técnico de nível médio em logística no Brasil fornece profissionais alinhados com a demanda de mercado.

Objetivos Específicos

- Avaliar a demanda dos profissionais técnicos de logística no mercado de trabalho.
- Avaliar a oferta dos cursos profissionais técnicos de logística no Brasil.
- Identificar a opinião dos profissionais de recrutamento sobre a EPT às necessidades das empresas do ramo de logística.
- Identificar a opinião dos gestores ofertantes dos cursos de logística sobre os profissionais formados.
- Comparar a EPT no Brasil com outros países, identificando as melhores práticas.

1.2 Justificativa

A relevância deste estudo decorre da constatação de que o setor logístico é estratégico para a economia nacional, mas enfrenta desafios ligados à formação e à qualificação da mão de obra. Dados da CNI (2022) indicam que mais de 70% das empresas industriais têm dificuldades para contratar técnicos qualificados, situação que afeta diretamente a competitividade. Paralelamente, o SENAI (2019) projeta a necessidade de qualificação de milhões de profissionais técnicos até 2025.

Esse cenário aponta para um desalinhamento entre os currículos ofertados e as demandas práticas do setor, especialmente em competências digitais, analíticas e socioemocionais. Analisar esse hiato permitirá propor melhorias na integração entre educação técnica e organizações, contribuindo para políticas públicas e estratégias de gestão mais eficazes.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Educação Profissional Técnica (EPT) caracteriza-se pela formação, voltado à preparação de profissionais capazes de atender às necessidades do setor produtivo e, simultaneamente, promover inclusão social e desenvolvimento econômico. Conceitualmente, a EPT tem saberes científicos, tecnológicos e práticos, visando à formação integral do estudante e sua inserção qualificada no mercado de trabalho (UNESCO, 2020). No Brasil, essa modalidade educacional se consolidou como uma via relevante de acesso ao trabalho, mas carrega desafios históricos de valorização, estrutura e atualização curricular (RAMOS, 2014).

Historicamente, a EPT brasileira remonta às escolas de ofício do período colonial e imperial, evoluindo com a criação do SENAI na década de 1940, que representou um marco na

qualificação voltada à indústria (CUNHA, 2000). A trajetória recente foi marcada por importantes reformas legais, como o Decreto nº 5.154/2004, que possibilitou a articulação entre ensino médio e técnico; o Programa Brasil Profissionalizado (2007), destinado a expandir a oferta; a Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; e a Lei nº 13.415/2017, que reformulou o ensino médio e impactou diretamente a integração com a educação técnica. Mais recentemente, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), atualizado em 2016, 2020 e 2023, e a Lei nº 14.645/2023 reforçam o papel da EPT como parte do sistema nacional de ensino, ampliando seu reconhecimento legal e institucional.

Nos países desenvolvidos, a EPT apresenta modelos robustos e integrados ao setor produtivo, como o sistema dual da Alemanha, Áustria e Suíça, e as experiências da Finlândia, onde a colaboração entre empresas e escolas garante constante atualização curricular (DEISSINGER, 2015). Esses modelos demonstram que a forte articulação entre instituições formadoras e organizações empregadoras é essencial para alinhar competências formadas às necessidades do mercado, reduzindo lacunas de qualificação e promovendo empregabilidade sustentável.

No Brasil, a oferta da EPT se organiza em diferentes modalidades (CNCT/MEC), incluindo os cursos técnicos integrados ao ensino médio, os cursos concomitantes (realizados de forma paralela) e os cursos subsequentes (para egressos do ensino médio). Essa flexibilidade busca ampliar o acesso, mas também gera desafios de articulação curricular e de qualidade, uma vez que diferentes modalidades demandam estratégias específicas para garantir profissionais formados em qualquer que seja a escolha.

O papel da EPT vai além da preparação para o trabalho imediato, tem também a formação cidadã e crítica. Nesse sentido, é importante na empregabilidade quanto no desenvolvimento de competências sociais, como autonomia, responsabilidade e pensamento crítico (UNESCO, 2020). Órgãos nacionais e internacionais destacam esse papel estratégico: a CNI (2022) revela que 74% das indústrias enfrentam dificuldades na contratação de técnicos qualificados; o IPEA (2021) aponta barreiras de inserção para egressos da EPT; e o SENAI (2019) estima a necessidade de formação de mais de 10 milhões de novos profissionais técnicos até 2025. Esses dados evidenciam a urgência de alinhar a educação técnica às demandas do mundo do trabalho.

A empregabilidade dos egressos depende diretamente da qualidade da ementa da aquisição de competências relevantes. Pesquisas indicam que ainda há lacunas significativas entre a

formação ofertada e as exigências organizacionais, sobretudo no que diz respeito às competências digitais e transversais (SILVA; COSTA, 2020).. Nesse cenário, competências comportamentais, como resolução de problemas, comunicação eficaz e trabalho em equipe, tornam-se tão relevantes quanto o domínio técnico (RIBEIRO et al., 2021).

Outro ponto importante é a colaboração entre instituições de ensino e setor produtivo. Modelos de cooperação dual, amplamente difundidos na Europa, revelam a importância da parceria contínua para atualização curricular e inserção profissional. Redes internacionais, como a UNESCO-UNEVOC e iniciativas da União Europeia, reforçam o potencial da colaboração para inovação e empregabilidade. No Brasil, experiências pontuais de parceria ainda precisam melhorar.

As políticas públicas desempenham papel importante nesse processo. A EPT é reconhecida como instrumento de desenvolvimento econômico e social e ligada diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 4 (educação de qualidade) e o ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico). Entretanto, a pandemia de COVID-19 e a aceleração da digitalização evidenciaram fragilidades nas políticas nacionais de incentivo, ampliando desigualdades de acesso e dificultando a adaptação de currículos às novas demandas tecnológicas.

No setor de logística, foco deste estudo, a EPT adquire relevância particular. A logística é considerada um dos principais gargalos da economia brasileira, representando altos custos que comprometem a competitividade nacional (FDC, 2021). Nesse contexto, a formação técnica deve contemplar competências relacionadas a tecnologias digitais, automação, gestão de cadeias de suprimento e indicadores de desempenho. No entanto, verifica-se que muitos currículos permanecem excessivamente operacionais, sem contemplar as práticas modernas de mercado, o que gera lacunas significativas de qualificação (CNI, 2022). Boas práticas internacionais demonstram que a inserção de conteúdos atualizados em tecnologias de informação, gestão integrada e sustentabilidade pode elevar a empregabilidade e a competitividade das organizações.

3. METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem quali-quanti, utilizando técnicas qualitativas e quantitativas para dar uma visão abrangente sobre a adequação da Educação Profissional Técnica (EPT) em logística às demandas do mercado de trabalho.

No tema qualitativo, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com consultores de logística e gestão, representantes sindicais e dirigentes de escolas técnicas. O objetivo é compreender, a partir da experiência desses especialistas, quais são as principais lacunas de formação, quais competências são mais valorizadas e como a EPT atende às necessidades atuais das organizações. As respostas serão analisadas por meio de análise de conteúdo temática, de forma a identificar categorias e padrões recorrentes.

No componente quantitativo, será aplicado um questionário eletrônico junto a profissionais de empresas contratantes de técnicos em logística, contendo tanto os setores de recursos humanos quanto os gestores diretos desses profissionais. O instrumento será feito em blocos, contendo: competências técnicas (processos de armazenagem, transporte, uso de sistemas como WMS/ERP); competências comportamentais (trabalho em equipe, comunicação, resolução de problemas); competências digitais (planilhas, BI, automação); e avaliação geral da aderência da formação às rotinas organizacionais.

A análise dos dados será realizada em duas etapas. Primeiro, a etapa qualitativa oferecerá informações sobre a área, destacando percepções de especialistas que vivenciam o cotidiano da EPT e da gestão de pessoas no setor logístico. Em seguida, a etapa quantitativa que poderá confirmar os dados coletados na qualitativa.. A comparação dessas evidências permitirá verificar se a capacitação oferecida forma profissionais realmente preparados ou se há lacunas que comprometem a empregabilidade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Não há ainda

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há ainda

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394/1996. Diário Oficial da União: Brasília, 2004.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Diário Oficial da União: Brasília, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, 2017.

BRASIL. Lei nº 14.645, de 4 de agosto de 2023. Dispõe sobre a integração da Educação Profissional Técnica ao sistema nacional de ensino. Diário Oficial da União: Brasília, 2023.

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Indústria 2022: Pesquisa com empresários. Brasília: CNI, 2022.

CUNHA, L. A. O ensino de ofício e a escola profissional no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DEISSINGER, T. The German dual vocational education and training system as ‘good practice’? Local Economy, v. 30, n. 5, p. 557-567, 2015.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL. Custos logísticos no Brasil. Relatório Técnico. Belo Horizonte: FDC, 2021.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho e desafios da formação técnica. Brasília: IPEA, 2021.

RAMOS, M. N. Educação Profissional e Tecnológica integrada à Educação Básica. Educação & Sociedade, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1105-1122, 2014.

RIBEIRO, M. A.; SILVA, J. P.; COSTA, F. Competências transversais e empregabilidade: análise da educação técnica no Brasil. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, Brasília, v. 2, n. 1, p. 45-62, 2021.

SENAI – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Mapa do Trabalho Industrial 2019–2023. Brasília: SENAI, 2019.

SILVA, J. P.; COSTA, F. Educação técnica e mercado de trabalho: desafios de alinhamento. Revista de Educação Profissional, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 77-93, 2020.

UNESCO. Technical and Vocational Education and Training (TVET) for sustainable development. Paris: UNESCO, 2020.